

Miguel Ángel Zalama - Pilar Mogollón Cano-Cortés
Coordinadores



Alma Ars

**ESTUDIOS DE ARTE E HISTORIA
EN HOMENAJE
AL DR. SALVADOR ANDRÉS ORDAX**

MIGUEL ÁNGEL ZALAMA – PILAR MOGOLLÓN CANO-CORTÉS
Coordinadores

— *Alma Ars* —

ESTUDIOS DE ARTE E HISTORIA
EN HOMENAJE
AL DR. SALVADOR ANDRÉS ORDAX

Comité científico

Dr. D. Víctor Nieto Alcaide, UNED y Real Academia de BB.AA. de San Fernando

Dr. D. José Manuel García Iglesias, Universidad de Santiago de Compostela

Dr. D. Miguel Cortés Arrese, Universidad de Castilla La Mancha

Dra. D^a Lurdes Craveiro dos Anjos, Universidade de Coimbra

Dr. D. António Filipe Pimentel, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

Dra. D^a Dalila Rodrigues, Centro Cultural Belem (Lisboa)

Con la colaboración de:

- *Colegio Mayor de Santa Cruz de la Universidad de Valladolid*
- *Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Valladolid*
- *Diputación Provincial de Cáceres*

© LOS AUTORES, VALLADOLID, 2013
EDICIONES UNIVERSIDAD DE VALLADOLID
UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

Todas las fotografías se publican bajo la responsabilidad de los autores de los textos correspondientes

Diseño de cubierta: Ediciones Universidad de Valladolid

Motivo de cubierta: Documento fundacional del Colegio de Santa Cruz, de Valladolid. Biblioteca histórica del Colegio

ISBN (Universidad de Valladolid): 978-84-8448-761-6

ISBN (Universidad de Extremadura): 978-84-7723-602-3

Dep. Legal: VA-726-2013

Preimpresión: Ediciones Universidad de Valladolid

Imprime: Imprenta Manolete, S.L. - Valladolid

No está permitida la reproducción total o parcial de este libro, ni su tratamiento informático, ni la transmisión de ninguna forma o por cualquier medio, ya sea electrónico, mecánico, por fotocopia, por registro u otros métodos, ni su préstamo, alquiler o cualquier otra forma de cesión de uso del ejemplar, sin el permiso previo y por escrito de los titulares del Copyright.

D. Henrique e a autoridade das ordens na gestão da arquitetura da Igreja e do Estado

MARIA DE LURDES CRAVEIRO
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

D. Henrique – a relação entre a Igreja e o Estado

Filho do rei D. Manuel I e D. Maria de Aragão, D. Henrique (1512-1580) ascenderia aos mais altos cargos da Igreja e do Estado em Portugal. Entre 1533 e 1540 é arcebispo de Braga; entre 1540 e 1564 ocupa a mitra de Évora sendo o seu primeiro arcebispo; de 1564 a 1569 é arcebispo de Lisboa; em 1574 regressa à mitra de Évora como arcebispo até 1578; de 1545 até à data da sua morte é cardeal com o título, pela primeira vez em Portugal, dos Santos Quatro Coroados e legado *a latere* (1553). De 1539 até 1578 assume o cargo de inquisidor-mor. Assegura o lugar de regente do Reino entre 1562 e 1568, substituindo D. Catarina de Áustria e durante a menoridade de D. Sebastião. Por via do desastre de Alcácer Quibir em 1578, com o trono vago e sem descendência direta, é rei de Portugal.

Cumulativamente, e ao longo do reinado de D. João III, a D. Henrique (tal como sucedeu com o irmão, o cardeal D. Afonso) foram sendo distribuídos dignidades e privilégios que iam ao encontro da tutela das casas religiosas mais fortes¹ mesmo que, até à sua maioridade, a administração das suas rendas fosse assegurada pelo irmão rei. Entre as mais significativas, pelo que representavam em termos de capacidade política de pressão e riqueza material, seria prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e comendatário e perpétuo administrador do mosteiro de Alcobaça. Assumir-se-ia também, rapidamente, como um dos mais importantes reformadores monásticos cuja mão chegaria às ordens religiosas².

A boa gestão das mitras onde esteve investido, e ultrapassando os inconvenientes da ausência – por vezes prolongada – da residência (imperativo perseguido pelas disposições conciliares de Trento), passou pela promulgação de novas constituições (Braga) ou pela revisão das anteriores (Lisboa), pela reorganização dos Estudos, pelas práticas de assistência social, pelo combate à insuficiência da formação eclesiástica, pela uniformização da liturgia (Évora) e pela solenização do culto, por uma ação legisla-

dora tendente a reorganizar a estrutura orgânica da Sé (Évora), pela preocupação em matéria de visitas e pela escolha criteriosa de coadjutores pastorais, oficiais administrativos, pregadores ou visitantes³.

Não deixando de gerar alguma controvérsia no plano das decisões pastorais, foi, sem dúvida, a personagem charneira de uma Igreja em consonância com os valores do Estado português ao longo de quase todo o século XVI. Desde os anos 20 até à data da sua morte, a sua constante proximidade aos escalões mais altos da hierarquia religiosa e à corte gerou uma correlação de esforços que atingiu, neste período, a sua maior e mais refinada expressão. Na realidade, e até ao século XVI, nunca a Igreja esteve tão sintonizada com os interesses do Estado nem nunca, como nesta altura, a prática política foi espiritualmente tão interveniente.

Em procedimento criteriosamente preparado ao longo do século anterior, a Igreja assumiria, no plano interno, a necessidade de uma reforma que se delineou em várias frentes. Ao mesmo tempo que o movimento da *devotio moderna* ganhava a força que acompanhava o sentido crescente da cultura cristocêntrica, a Igreja orientava a sua vocação para o confronto com os textos primitivos do Cristianismo e insistindo na vertente qualificada do Ensino. Em particular, e até aos meados do século XVI, os jerónimos seriam fortíssimos aliados dos reis D. Manuel e D. João III dando-lhes fundamental apoio no âmbito da reforma humanista das Ordens religiosas, na consolidação dos espaços pedagógicos de ensino ou na dimensão nobilitada do sepulcro; em suma, na solidificação dos intrincados mecanismos da centralização régia⁴.

Na confluência das tensões desencadeadas pela cultura humanista que exige reformas e o avolumar de uma espiritualidade contra-reformista, D. Henrique é frequentemente observado através de uma conduta aparentemente dicotómica e remetida a duas faixas culturais que, na realidade, se compreendem na medida da sua exata interseção: por um lado, os pactos henriquinos com uma dimensão conjugada dos interesses do Estado e da Igreja, por outro, a

¹ PAIVA, J. P., *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, IUC, 2006, pp. 303-304.

² POLÓNIA, A., “Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: Actuação pastoral, reforma monástica e inquisição”, *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos*, Porto, IHM-UP, 2006, pp. 27-31.

³ POLÓNIA, A., “Espaços...”, *op. cit.*, pp. 18-27.

⁴ CRAVEIRO, M. de L., *A Arquitectura “ao romano”*, Coleção *Arte Portuguesa da Pré-História ao século XX* (coord. Dalila Rodrigues), nº 9, S/I: Fubu Ed., 2009, pp. 63-73.

sujeição às medidas conciliares de Trento e o seu fiel intérprete no terreno operativo da ação pastoral⁵.

A historiografia tem insistido numa dimensão mais cerrada da sua atitude a partir dos inícios da década de 40, momento que coincide também com o seu desempenho como Inquisidor Geral. E os episódios que melhor têm servido para demonstrar a mudança de rumo da sua atuação como vigilante da Igreja tridentina encontram-se nas assinaturas (1549 e 1550) que ordenam as inquirições e dão voz de prisão, pelo Tribunal do Santo Ofício, aos mestres humanistas (os “bordaleses”) do colégio das Artes de Coimbra. João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanan eram então acusados de luteranismo e suspeitos de práticas heréticas. Manter-se-ão sob a custódia e a doutrinação dos mosteiros de Santo Eloy (João da Costa) e Belém (Diogo de Teive) até 1551. Nesta data, e ilibadas as suas culpas, Costa assume o priorado da igreja matriz de Aveiro, Teive regressa a Coimbra e Buchanan sai do país em 1552, ao que tudo indica sem efeitos negativos⁶. A suavidade das penas e o regresso rápido à vida ativa fazem pensar numa intervenção do rei, com a qual o inquisidor deveria estar em sintonia. Sendo os processos acionados sob denúncia, o aparelho inquisitorial tem o dever de agir, tal como as instâncias máximas do poder de reagir em conformidade com a sua posição de “Estado”.

Circunstância marcante no plano da conduta diferenciada do inquisidor é a que se situa na análise da vida e obra de Damião de Góis (1502-1574). De uma craveira intelectual que lhe permitiu correr a Europa e relacionar-se com as figuras mais projetadas do seu tempo (como Erasmo, Lutero, Melancthon, Clenardo, o cardeal Pietro Bembo ou Albrecht Dürer, que lhe faria o conhecido retrato), exercer funções diplomáticas de delicado recorte, ser convidado para o cargo de tesoureiro da Casa da Índia ou para o lugar de mestre e guarda-roupa do príncipe herdeiro D. João (1537-1554) ou, ainda, desempenhar a função de guarda-mor da Torre do Tombo, o humanista foi diplomata, músico e o historiador a quem foi confiada a tarefa da elaboração das crônicas dos reis D. Manuel (1566) e D. João II (1567). Em 1541 já D. Henrique elogiava os seus escritos, muito embora não se coibisse de interpor a censura que a sua qualidade de inquisidor lhe permitia⁷. As denúncias que pesaram sobre Damião de Góis em 1545 e 1550 (pelo jesuíta Simão Rodrigues) não alcançaram efeitos de punição. Mas em 1571 foi encarcerado e julgado com uma condenação que envolveu, como herege e luterano, prisão perpétua e confiscação de bens.

⁵ POLÓNIA, A., *D. Henrique. O Cardeal-Rei*, Lisboa, CL, 2005, pp. 82-106.

⁶ POLÓNIA, A. *D. Henrique...*, *op. cit.*, pp. 123-125. A questão dos “bordaleses” foi, sobretudo, abordada por BRANDÃO, M., *O Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, 1924, 1933; IDEM, *Documentos de D. João III*, 4 vols., Coimbra, 1937, 1938, 1939, 1941; IDEM, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, 1948, 1969; DIAS, J. S. da S., *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, 2 vols., Coimbra, 1960; IDEM, *A Política Cultural da Época de D. João III*, 2 vols., Coimbra, 1969. Sobre a estrutura material do Colégio das Artes ver: CRAVEIRO, M. de L., *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, Dissert. Doutoramento polic., Coimbra, FLUC, 2002, pp. 186-224; ROSSA, W., *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissert. Doutoramento polic., Coimbra, FCTUC, 2001, pp. 718-742.

⁷ POLÓNIA, A., *D. Henrique...*, p. 121.

É difícil avaliar com precisão o verdadeiro alcance da atuação de D. Henrique como inquisidor, mas ela não pode ser desligada do sentido mais geral que decorre, tanto das suas responsabilidades como homem da Igreja, como do ritmo cultural e religioso que foi enformando o país ao longo do século XVI. Ao mesmo tempo, é obrigatório pensar-se também na influência de um círculo humanista ativo em torno de D. João III e do qual faziam ainda parte os infantes. Por isso foram salvos os bordaleses e por isso Damião de Góis escapou num primeiro momento à Inquisição; mas já não pôde fazê-lo em 1571. Entre as décadas de 30 e 40, da mesa da fazenda de D. Henrique sairia a inequívoca proteção a figuras como Clenardo, Vaseu, André de Resende ou o cosmógrafo Pedro Nunes⁸. Entre os anos 50 e 70, e também por sua iniciativa, apertava-se a censura de textos e divulgava-se um conjunto de publicações que acompanhavam a dimensão tridentina da Igreja⁹.

D. Henrique - a ditadura das ordens arquitectónicas

Em terreno cultural onde se jogam intrincadas teias e pressões várias, a arquitetura do circuito restrito das obras promovidas por D. Henrique inscreve-se em idêntica faixa de complexidade a que a historiografia, hesitante no capítulo da suposta inteligibilidade das classificações, não foi alheia. E foi assim que a arquitetura desenvolvida sob a sua alçada direta foi sendo rotulada de renascentista, maneirista ou inscrita no kubleriano “estilo chão”¹⁰, à medida que a descodificação das formas e dos espaços se aproximava quer de uma identidade humanista quer de uma sujeição aos dispositivos contra-reformistas. Mas a densidade do tempo cultural não se compadece com a estreiteza dos rótulos que se lhe colam em tentativa de compreensão; quando muito, constituem apenas indicadores de uma seriação que também continua a ser historiograficamente legítima.

O envolvimento henriquino numa prática arquitectónica qualificada nunca ofereceu quaisquer dúvidas. É através do desempenho de D. Henrique, ele próprio dileteante na prática projetual, que a arquitetura civil e militar do norte de África, do continente e das ilhas vai dando consistência à definição fortificada imprescindível à defesa do território, tal como a arquitetura religiosa foi encontrando os fundamentos adequados às aspirações de um tempo cultural tenso e aparentemente contraditório.

O confronto entre a igreja do convento de Valverde (1544)¹¹ e, por exemplo, a igreja de Santo Antão (1557) é revelador a vários níveis: ambas do patrocínio do cardeal e então arcebispo de Évora¹², não podiam estar mais distan-

⁸ Biblioteca Pública de Évora, Cód. CVII/1-29, fls. 32/v, 35/v, 43, 73, 82/v, 169, 212, 219, 228/v.

⁹ FERNANDES, M. de L. C., “Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade”, *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, CL, 2000, p. 22.

¹⁰ KUBLER, G., *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as espetarias e os diamantes 1521-1706*, Ed. Vega, Lisboa, 1988.

¹¹ BRANCO, M., “A fundação da igreja do Bom Jesus de Valverde e o tríptico de Gregório Lopes”, *A cidade de Évora*, n.ºs 71-76, Évora, CME, 1988-1993, pp. 43-55.

¹² Com um envolvimento tal que ainda no século XVIII se identificava o projeto com o próprio D. Henrique: “em 1544 fundou na sua quinta de Valverde o Convento dos Religiosos, que chamamos Capuchinhos, sendo

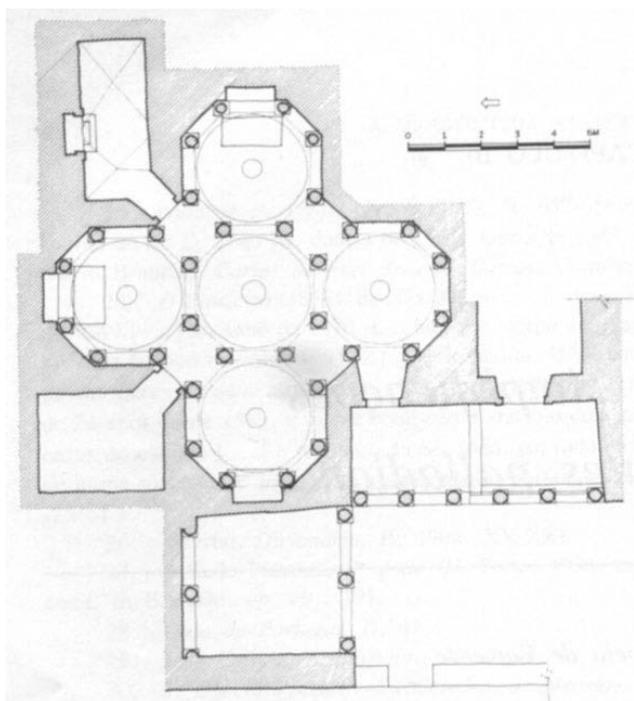


Fig. 1. Planta da igreja do Bom Jesus de Valverde, Évora, Miguel de Arruda, 1544.

tes quanto ao sentido formal e espacial que preside à sua construção, como, por outro lado, se aproximam ambas do imperativo maior de toda a arquitetura do período – a sujeição às ordens.

A primeira, inscrita no circuito conventual dos Capuchos, é puro exercício de matemática e geometria aplicada a um conjunto miniatural que conjuga as figuras do círculo e do quadrado. “*Maqueta do Mundo*”¹³ e metáfora da perfeição, a igreja do Bom Jesus de Valverde [Fig. 1] é uma criação devedora da cultura em voga do plano centralizado (de que dão conta as expressões categorizadas da igreja do mosteiro de Celas (1526-1527) em Coimbra, da fonte central do Jardim da Manga (1533) no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do claustro agostinho da Serra do Pilar (1542) em Vila Nova de Gaia, da igreja dominicana de Nossa Senhora da Consolação (1543-1557) em Elvas, da capela do Paço de Salvaterra de Magos (1547), da ermida de Santo Amaro (1549) em Lisboa – para referir apenas as mais emblemáticas – ou das capelas redondas disseminadas pela arquitetura religiosa ou em contexto civil) e, portanto de clara filiação humanista, mas também vai ao encontro de outras raízes, como é o caso da visigótica igreja de S. Frutuoso de Montélios em Braga¹⁴. O caudal de referências que legitimam a abordagem cosmogónica do espaço é, aliás, transversal ao tempo. A centra-

elle mesmo o architetto da fabrica, que sem deyxar de ser capucha, tem muyto de magestosa”; “Em 1557 mandou levantar a nova, e soberba Basílica, que hoje vemos (Santo Antão). Foi architecto da obra o Sereñissimo Cardeal, e Mestre o famoso Manoel Pirez, principiou a fabrica em 1558, e se consagrou em 1563”: FONSECA, F., *Évora Gloriosa*, 1728, pp. 300, 218.

¹³ MOREIRA, R., “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, *História da Arte Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, CL, 1995, p. 351.

¹⁴ MOREIRA, R., “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, p. 351.

lidade dos planos que conquistou o imaginário simbólico das primeiras civilizações conhecidas e encontrará substância no panteão romano, alinhou-se na determinação cristianizada que lhe deram Justiniano ou Carlos Magno. No território português, a audácia da realização da igreja centralizada para os cavaleiros templários em Tomar (século XII) sobreviveu no mosteiro da Batalha (capela do Fundador (1426-1434) e capelas imperfeitas (1509)), e manteve aberta uma dinâmica espiritual que encontrava eco na urgência reformista que chegava, pelos inícios do século XVI, às Ordens religiosas.

O primeiro promotor dessa reforma interna da Igreja que se reclamava indispensável à nova pastoral não seria D. Henrique mas este acompanhou, seguramente, as iniciativas levadas a cabo nesse sentido por seu pai e irmão, com correspondência nas ações desenvolvidas a partir das dioceses. Como arcebispo de Braga, abade comendatário de Alcobaça, substituindo o irmão o cardeal D. Afonso, tal como em Coimbra como prior-mor do mosteiro de Santa Cruz, ao infante não faltariam oportunidades para testar no terreno, tanto a operatividade reformista como a eficácia dos espaços físicos sistematicamente reconvertidos. Em Braga, e em cerrada atitude moralizadora de perfil humanista, reorganiza os estudos públicos¹⁵; em Alcobaça dá corpo à reforma dos cistercienses com extensão a Tomar e a Coimbra (por via do colégio do Espírito Santo); no mosteiro de Santa Cruz prossegue a reforma iniciada em 1527 e cujo alento no âmbito construtivo se esgotaria por 1543, já com o último prior-mor D. Duarte, quando se extingue o priorado-mor e as avultadas rendas crúzias vão canalizadas para o novo interesse régio: a Universidade.

Às portas da abertura do Concílio de Trento, o projeto para a igreja de Valverde consubstanciava não apenas a reforma dos franciscanos, traduzida para o sentido eremítico e recolhimento capuchos que encontravam espaço próprio na quinta diocesana da Mitra, mas, e sobretudo, a evidente preferência pelos jogos de volumes simultaneamente independentes e articulados. Nesta sintonia, de estrita observação albertiana, a geometria aliada à mais emblemática formulação espacial da cultura humanista confirma a nitidez de uma conjugação sustentada pela força anímica das ordens arquitectónicas. Em absoluto, afastava-se de vez a dimensão perturbadora do ornamento (a que, pelas mesmas datas, João de Castilho ainda recorria com empenho em Tomar) e as ordens ganhavam uma limpidez que se justificava pela leitura dos tratados, Serlio, em particular, e já não Sagredo. Década crucial no encontro português com a tratadística, os anos 40 do século XVI assistiram ao regresso de Francisco de Holanda da Itália, com a conhecida propaganda “ao romano”; em 1541 Pedro Nunes é incumbido da tradução do *De Architectura*; em 1543 André de Resende compõe dois livros sobre aquedutos decalcados do *De Aqueductibus Urbis Romae* de Frontino e, 1552, André de Resende assume a tradução do *De Re Aedificatoria*. A caudalosa inspiração sobre o antigo apenas não resultou nestes anos (e tanto quanto se saiba) em produção teórica original em Portugal. Mas se a tratadística portuguesa continua uma questão em aberto, não faltariam os textos que, acompanhando a

¹⁵ POLÓNIA, A., “Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique...”, *op. cit.*, p. 18.

formação no ensino da matemática e arquitetura na escola do Paço da Ribeira¹⁶ ou os desafios projetados no campo do espaço e das formas, se encontram nas bibliotecas e arquivos ainda por explorar.

De qualquer forma, o domínio das ordens arquitectónicas e dos tratados é uma realidade sistematicamente abraçada ao longo do século XVI, correndo paralela à emergência do estatuto social do arquiteto e à configuração científica do processo¹⁷. A gestão erudita das figuras geométricas do quadrado e do círculo que se detecta em Valverde já havia sido captada nos espaços ligados à circunscrição régia. Em particular, na capela palatina de Salvaterra de Magos, da encomenda do infante D. Luís e sintomaticamente atribuída também ao arquiteto Miguel de Arruda († 1563). Este é, aliás, uma das figuras chave deste longo processo que absorve a depuração da arquitetura, apurando a legibilidade das formas e estimulando a sua sujeição aos critérios tratadísticos das ordens. Miguel de Arruda é também a primeira evidência (talvez à exceção dos Castilho, João e Diogo) da força do testemunho familiar no âmbito da categoria profissional do arquiteto em Portugal. Sobrinho de Diogo de Arruda e filho de Francisco de Arruda, interpreta uma segunda geração de sucesso, alimentada ainda pelo facto de ser cunhado de Diogo de Torralva e sogro de Afonso Álvares. Nem mais nem menos do que a elite dos arquitetos pelos meados do século XVI. O cargo de “*mestre das obras de fortificação do reino, lugares d’além e Índia*”, lugar especialmente criado para si a partir de 1548, denuncia-o perto da encomenda régia e da arquitetura militar¹⁸ e posiciona-o para os mais relevantes desempenhos na arquitetura portuguesa deste período.

Miguel de Arruda é, assim, o grande obreiro de uma reflexão sobre as tensões que inspiram a arquitetura erudita dos meados do século XVI em Portugal, campo inesgotável de soluções e de onde raramente se ausenta a tutela (direta ou indireta) de D. Henrique. A Arruda se deve o assumir da consciência do arquiteto, tal como a resolução da cultura humanista que, cada vez mais, abdica da profusão ornamental. Se a igreja de Valverde pactua com uma linearidade “chã” e apoiada no cálculo geométrico das ordens, os seus contributos enveredam muito rapidamente para uma espécie de transparência formal que sustenta o espaço arquitectónico. Desde a sua interpretação mais movimentada e dinâmica na igreja eborense do convento da Graça (com a marcante participação de Nicolau Chanterene) ainda na década de 30¹⁹, à comprovada di-

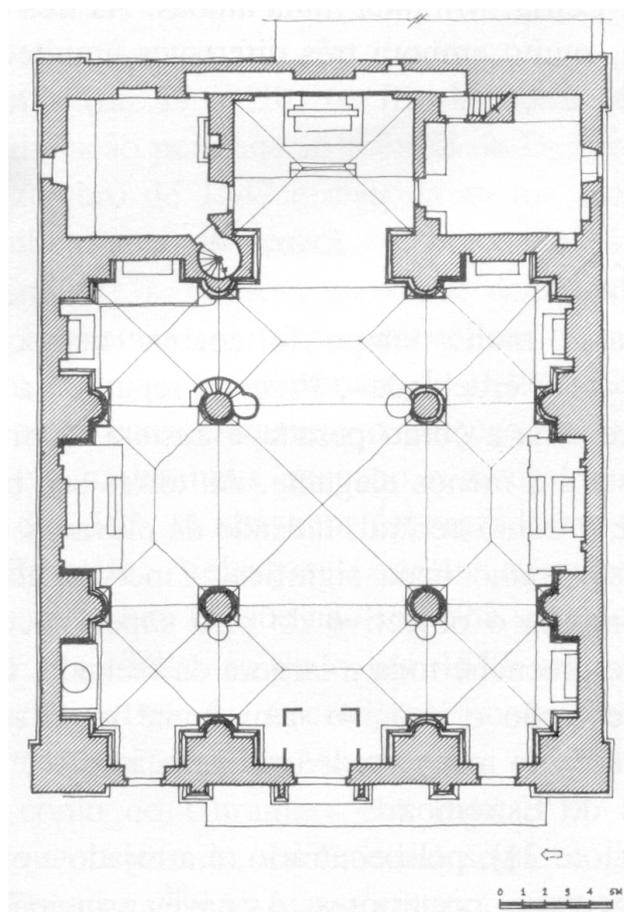


Fig. 2. Planta da igreja de Santa Maria do Castelo, Estremoz, Miguel de Arruda/Pero Gomes, 1559-1563.

reção das obras henriquinas em Alcobaca (1548), onde se lhe poderá atribuir o claustro dos noviços²⁰, ou à suspeita do seu envolvimento com a igreja de Santa Maria do Castelo em Estremoz (1559-1562) [Fig. 2], que integra a centralidade dos planos com o saber tratadístico digerido entre os desenhos de Cesariano e Serlio, Miguel de Arruda cristalizou a limpidez espacial tão cara à Contra Reforma e deu corpo a uma arquitetura musculada onde pontificam sempre as ordens.

A Miguel de Arruda se deverá também a recuperação do modelo das *hallenkirchen*. A espacialidade que tinha rematado a aventura gótica encontrava agora, pelos meados do século, uma nova expressão alinhada com as ordens e adaptada ao sentido litúrgico da Contra Reforma. Da “igreja de fora” de Alcobaca (1548)²¹, passando pela Misericórdia de Santarém (1559)²² (fora da alçada do cardeal), à igreja de Santa Maria do Castelo de Estremoz ou à provável intervenção no projeto da igreja de Santo Antão em Évora (1548-1563) [Fig. 3], o arquiteto do cardeal formalizava a nova igreja salão com abóbadas nervuradas e sempre apoiadas nas

¹⁶ Como parece ser o caso do tratado (1576-1579) atribuído ao arquiteto António Rodrigues: MOREIRA, R., *Um tratado português de arquitectura do século XVI*. Dissert. Mestrado polic., Lisboa, UNL, 1982; MOREIRA, R., “António Rodrigues”, *A Arquitectura Imaginária. Pintura, Escultura, Artes Decorativas*, Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 2012, pp. 54-55; RUÃO, C., “O Eupalinos Moderno”. *Teoria e Prática da Arquitectura Religiosa em Portugal (1550-1640)*, Dissert. Doutoramento polic., Coimbra, FLUC, 2007; CONCEIÇÃO, M. T. da, *Da cidade e fortificação em textos portugueses (1540-1640)*, Dissert. Doutoramento polic., Coimbra, UC, 2008.

¹⁷ CRAVEIRO, M. de L., “A arquitetura enquanto ordem”, *A Arquitectura Imaginária. Pintura, Escultura, Artes Decorativas*, MNAA, Lisboa, 2012, pp. 129-136, 50-52, 146-147.

¹⁸ São bem conhecidos os elogios rasgados que Benedetto de Ravenna fazia dele ao rei em 1541, a partir da praça marroquina de Mazagão.

¹⁹ BRANCO, M., “Datação e autoria da igreja da Graça de Évora e do túmulo de D. Afonso de Portugal”, *Cadernos de História da Arte*, Lisboa, FLUL, 1991, p. 154.

²⁰ MOREIRA, R., “A encomenda artística em Alcobaca no século XVI”, *Arte sacra nos antigos coutos de Alcobaca*, Lisboa, IPPAR, 1995, pp. 49-58.

²¹ MOREIRA, R., “A encomenda artística em Alcobaca no século XVI”, pp. 57-58.

²² SERRÃO, V., *Santarém*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 62-65.

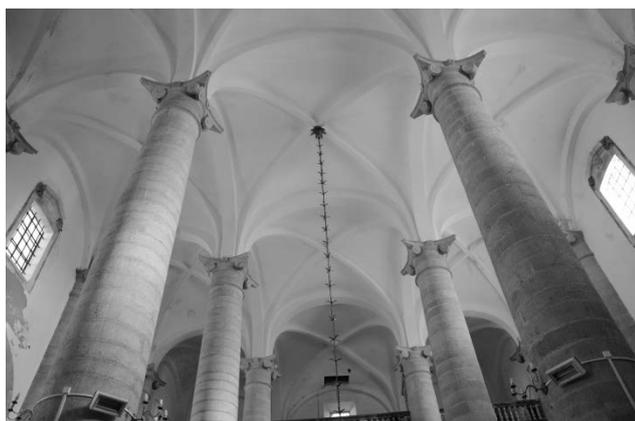


Fig. 3. Igreja de Santo Antão, Évora, Miguel de Arruda/Manuel Pires, 1548-1563.

ordens. A cultura clássica e tratadística imprimia então a capacidade de visualização generalizada do espaço e recorria aos efeitos cenográficos das coberturas prolongando um aparente sentido goticizante. Ao mesmo tempo, a eficácia testada no plano prático e construtivo do modelo nervurado, justifica a sua longevidade no território cultural do classicismo e clarifica uma opção para as três novas sés joaninas (o projeto da de Miranda do Douro comprovadamente de Miguel de Arruda). Espanha aceita e desenvolve esta prática²³; em França o credenciado arquiteto Philibert De L'Orme [Fig. 4] empenha-se na sua divulgação e Portugal conhece um surto inusitado na utilização das abóbadas de “incómoda classificação”²⁴.

Modelo de nave única com capelas intercomunicantes, que se perfilava desde S. Francisco de Évora ou, mais substancialmente na igreja de Santa Cruz de Coimbra, encontrou também o apoio explícito da encomenda henriquina. O melhor exemplo é ainda a igreja jesuítica do Espírito Santo de Évora²⁵ onde a nudez dos elementos arquitectónicos se conjugou sempre com a vitalidade extraída do retábulo, da pintura, do azulejo ou da ourivesaria. O projeto mais acarinhado pelo cardeal haveria de rematar na constituição da Universidade de Évora, fazendo dele o homem das artes e das letras por excelência do século XVI.

²³ GÓMEZ MARTÍNEZ, J., *El Gótico Español de la Edad Moderna. Bóvedas de crucería*, Valladolid, U. de Valladolid, 1998.

²⁴ CRAVEIRO, M. de L., *O Renascimento em Coimbra...*, op. cit., pp. 326-347.

²⁵ LOBO, R., *O Colégio-Universidade do Espírito Santo de Évora*, Évora, CHAIA, 2009.

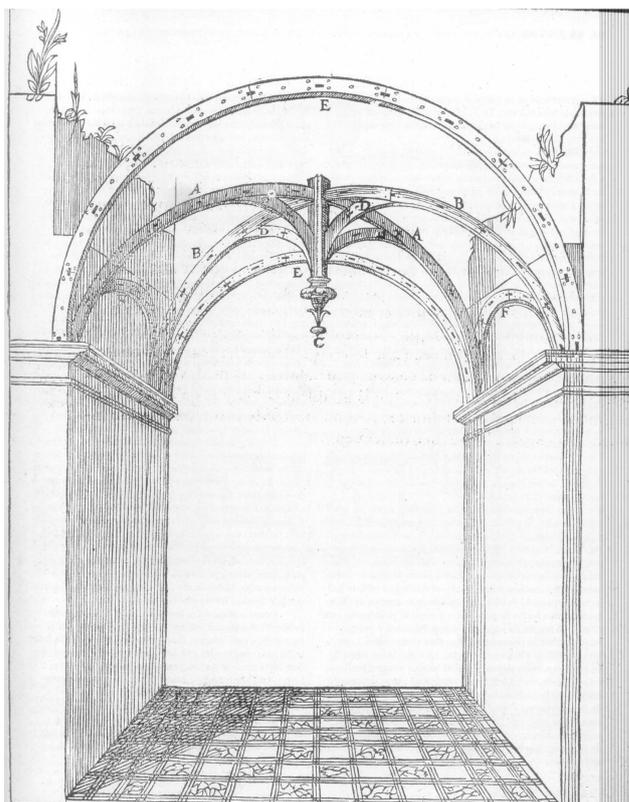


Fig. 4. Philibert De L'Orme, *Nouvelles inventions pour bien bastir et a petits fraiz*, Paris, 1561.

A D. Henrique coube enfrentar os desafios tremendos do seu tempo. Não os saberia resolver a todos mas sobre todos estendeu o seu braço. Jogou sempre no equilíbrio das tensões que dilaceraram o Estado e a Igreja e acionou, tanto quanto lhe foi possível, os mecanismos para a sua defesa. A arquitetura que promoveu mostra também o cunho da ambiguidade num território cultural minado por pressões onde o carácter humanista do espaço dialoga com outro sentido catequético de apertada vigilância pastoral. Integrando o ideal humanista e transferindo-o para a ação pastoral em Braga e Valverde, D. Henrique deixar-se-ia arrastar para o sentido dirigido e catequético da Contra Reforma, onde ganha expressão um endurecimento musculado do espaço e das formas e onde o plano basilical é, tal como o defendia Pietro Cataneo, solução mais credível que o plano centrado. A substituição do arco romano pelo chafariz da praça do Giraldo em Évora (1570) é indício claro que se esgotava o tempo “ao antigo”, mas também é revelador da preocupação urbanística e cenográfica na mais eficaz transmissão da mensagem cristã. O que é transversal ao tempo é a consciência das ordens arquitectónicas. Ao longo de toda a sua vida, a dimensão clássica da arquitetura e a atenção às lições da tratadística foram uma constante. Mas o tempo foi maior do que ele. À hora da sua morte (1580) não conseguiu decidir a sucessão, deixando a porta aberta para a dinastia filipina.

